

## SEMINARIO INTERNACIONAL EN CULTURA DE LA LEGALIDAD: “LOS DESAFÍOS DEL ESTADO DE DERECHO EN EL SIGLO XXI”

El Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los Desafíos del Estado de Derecho” ha sido organizado por el **Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia** (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid, en el marco de las actividades del proyecto [New Trust-cm Programa Interuniversitario en Cultura de la Legalidad](#) (S2015/HUM-3466) financiado por la Consejería de Educación, Juventud y Deporte de la Comunidad de Madrid.

El programa completo del Seminario está disponible en [www.derechoyjusticia.net](http://www.derechoyjusticia.net)

Las **comunicaciones** aquí recogidas fueron presentadas el día 13 de febrero de 2017 con motivo del I Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: “Los desafíos del Estado de Derecho en el siglo XXI”, celebrado en el campus de Getafe de la Universidad Carlos de Madrid bajo la dirección de María José Fariñas Dulce.

Las comunicaciones están disponibles en: <https://hdl.handle.net/10016/25562>



Esta obra se encuentra sujeta a la licencia Creative Commons  
Reconocimiento – NoComercial – SinObraDerivada

# O ACESSO À JUSTIÇA NO SÉCULO XXI E AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS NO BRASIL

## THE ACCESS TO JUSTICE IN THE 21ST CENTURY AND THE ALTERNATIVE SOLUTIONS OF CONFLICTS IN BRAZIL.

Priscila Thomaz Ferraro Przybila<sup>1</sup>

*Universidade Autónoma de Lisboa*

### RESUMO

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, tem-se verificado uma maior atenção aos direitos fundamentais do indivíduo pela Comunidade Internacional, de modo que esta internacionalização dos direitos humanos tem cada vez mais influenciado as legislações nacionais na adoção de garantias ao direito de acesso à justiça, visto que este direito tem sido reconhecido como primordial para concretização de sociedades igualitárias e justas. Hodiernamente, em pleno o século xxi, o acesso à justiça está consagrado como um direito fundamental para alcançar o bem-estar social, sendo essencial para a efetividade das garantias proclamadas. O acesso à justiça impõe o direito a uma ordem jurídica justa para a solução pacífica e efetiva do conflito. O presente trabalho possui o intuito de analisar o acesso à justiça e sua efetivação no ordenamento jurídico brasileiro. Primeiramente, apresentam-se conceitos básicos sobre o direito de acesso à justiça, traçando-se inclusive as influências internacionais sobre o assunto. Considerando que o acesso à justiça é um direito fundamental e universal, este estudo aborda o viés constitucional do acesso à justiça como princípio geral do qual decorrem outras garantias. Em seguida, aprofunda-se no Direito Processual Civil Brasileiro, destacando as normas processuais a respeito do tema e identificando os principais obstáculos que impedem o efetivo direito a uma ordem jurídica justa. Por fim, investiga os

---

<sup>1</sup> Advogada; Especialista em Direito Constitucional - UNISUL – Brasil; e Mestranda em Ciências Jurídicas.

métodos alternativos de solução de conflitos como opção à justiça tradicional, ressaltando a preocupação legislativa através das novas Leis de Mediação e Arbitragem.

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais. Acesso à Justiça. Soluções Alternativas.

## **ABSTRACT**

Since the Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the United Nations on 10 December 1948, there has been a greater attention to the fundamental rights of the individual by the International Community, so that this internationalization of human rights has increasingly influenced the adoption of national legislation guarantees the right of access to justice, since this right has been recognized as essential for achieving egalitarian and fair societies. Today, in the 21ST century, access to justice is enshrined as a fundamental right in order to achieve social welfare, being essential for the effectiveness of the guarantees proclaimed. Access to justice requires the right to a fair legal order for the peaceful and effective solution to the conflict. The present work has the purpose of analyzing the access to justice and its effectiveness in the Brazilian legal order. Firstly, the basic concepts of the right of access to justice are presented, including international influences on the subject. Considering that the access to justice is a fundamental and universal right, this study addresses the constitutional bias of access to justice as a general principle from which other guarantees are derived. Then, Brazilian Civil Procedural Law are deepened, highlighting the procedural norms on the subject and identifying the main obstacles that impede the effective right to a just legal order. Finally, investigates alternative methods of conflict resolution as an option to traditional justice, highlighting a legislative concern across the Mediation and Arbitration Laws.

**Keywords:** Fundamental Right. Access to Justice. Alternative Methods.

## 1. INTRODUÇÃO

No estudo dos institutos processuais há de se observar uma vinculação entre o processo e a Constituição, considerando-se o sistema unitário do ordenamento jurídico e não só as regras processuais em si, haja vista que as linhas traçadas pelos princípios constitucionais devem nortear a aplicação do direito processual.

Atualmente, o processo deixou de ser um simples instrumento de justiça, passando a ser uma garantia fundamental do indivíduo na tutela de outros direitos. Consagrando-se o princípio do acesso à justiça como esteio de sustentação para alcançar o bem-estar social.

Entretanto, obstáculos têm dificultado a efetivação do acesso à justiça, portanto, em face de essa realidade, pretendemos identificá-los e analisar as soluções que estão sendo propostas para que o acesso à justiça seja pleno e eficaz, em especial no ordenamento jurídico brasileiro.

No primeiro capítulo apresentaremos os conceitos básicos sobre o direito de acesso à justiça, considerando-o como princípio fundamental previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, além de destacarmos as influências internacionais sobre o assunto, em especial da Organização das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA.

No segundo capítulo pretendemos nos aprofundar no Direito Processual Civil Brasileiro, observando as normas processuais a respeito do tema e identificando os principais óbices ao efetivo direito a uma ordem jurídica justa.

Por fim, no terceiro e último capítulo tentaremos investigar soluções alternativas de conflitos como opção à justiça tradicional, com destaque para a Mediação e a Arbitragem, evidenciando a preocupação legislativa em incentivar os métodos alternativos para solução de conflitos, através da edição de recentes leis ordinárias sobre o tema.

## 2. O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Entre os princípios gerais do processo civil, há aqueles que advêm das garantias constitucionais, e são considerados direitos fundamentais. Neste rol se encontra o princípio do acesso à justiça.

O acesso à justiça não é a mera admissão de ingresso do processo em juízo, pois para que haja o efetivo acesso à justiça é necessário que o processo seja solucionado fazendo justiça a ambas as partes, conforme as lições dos Doutrinadores Antônio Carlos de Araújo Cintra,

Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, que destacam, ainda, a conhecida expressão “acesso à ordem jurídica justa”<sup>2</sup>.

Outrossim, vale ressaltar que o direito de acesso à justiça não se confunde com a simples gratuidade de justiça, visto que o acesso à justiça impõe um processo equitativo, público, justo, célere e destinado a uma tutela jurisdicional efetiva.

Entretanto, para um pleno acesso à justiça não se pode admitir entraves econômicos ao seu exercício, logo, deve ser concedido apoio judiciário a quem dele careça e comprove sua insuficiência de recursos, tanto para isenção das custas judiciais, que englobam vários encargos, quanto para a concessão de um patrono, quando a causa exigir.

Note-se que o acesso à justiça é um direito fundamental que não visa apenas um direito de ação, mas sim uma tutela jurisdicional efetiva, estendendo-se inclusive ao direito de defesa.

Os Professores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery observam que o direito de ação garante ao jurisdicionado o direito de obter do Poder Judiciário a tutela jurisdicional adequada, entendendo que a tutela adequada é aquela provida da efetividade e eficácia que dela se espera<sup>3</sup>.

Em relação à efetividade, o Professor Cândido Rangel Dinamarco ressalta que não basta o belo enunciado de uma sentença bem estruturada, se o que ela dispõe não for útil na vida do sujeito nem eliminar a insatisfação inicial<sup>4</sup>.

Nas lições do Professor José Lebre de Freitas, há tempos o direito de ação era associado ao direito a uma sentença favorável, concepção esta que foi afastada com o entendimento de que mesmo a pretensão infundada não exclui o autor de uma decisão de mérito, ainda que desfavorável<sup>5</sup>.

Como preceitua o Professor Cândido Rangel Dinamarco, (“ação é somente direito ao meio e não aos resultados do processo (Liebman). Para obter sentença favorável é preciso que, além da ação, ele tenha o direito alegado”)<sup>6</sup>.

Contudo, é necessário que existam limitações ao direito de ação. Como ensinam os Doutrinadores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, preencher as condições

---

<sup>2</sup> Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral...*, p. 33.

<sup>3</sup> Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 237.

<sup>4</sup> Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito...*, p. 108.

<sup>5</sup> Freitas, José Lebre de. *Introdução ao Processo Civil...*, pp. 100-101.

<sup>6</sup> Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito...*, p. 105.

da ação e os pressupostos processuais, bem como observar os prazos e as formas dos atos processuais significa limitação natural e legítima ao exercício do direito de ação<sup>7</sup>.

Segundo o Professor Luiz Guilherme Marinoni, o direito de ação também não se exaure com a sentença de mérito transitada em julgado, visto que carece de execução para conferir a efetividade da tutela jurisdicional<sup>8</sup>.

O direito de acesso à justiça, como vimos, também alcança o direito de defesa do réu, que pode, inclusive, deduzir pedidos contra o autor, através da reconvenção. Ao réu é garantido o conhecimento efetivo do processo instaurado, por meio da citação, e, de igual modo, tem direito a um prazo para apresentar sua defesa, devendo ser respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A internacionalização dos direitos fundamentais, por meio de Declarações e Convenções Internacionais sobre direitos humanos, traçou as garantias fundamentais do processo, as quais devem ser observadas por todos os países signatários, como respeito aos direitos individuais fundamentais.

Neste sentido, conforme os ensinamentos dos Doutores Mauro Cappelletti e Bryant Garth, o acesso à justiça pode (“ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”)<sup>9</sup>.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, o seu artigo X reconhece que (“todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres”)<sup>10</sup>. Dessa forma, reforça, além do acesso à justiça, os princípios da isonomia, da publicidade e da imparcialidade.

De igual modo, o Conselho da Europa, em 04 de novembro de 1950, proclamou a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, que em seu artigo 6º recomendava o respeito aos direitos processuais fundamentais, repetindo a fórmula de que qualquer pessoa tem direito a que sua causa seja examinada num processo equitativo e público, por um tribunal independente e imparcial, mas acrescentando, entre

---

<sup>7</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 239.

<sup>8</sup>Marinoni, Luiz Guilherme. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição...*, p. 769.

<sup>9</sup>Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant. *Acesso à Justiça*, p. 5.

<sup>10</sup>“Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948” [em linha]. ONU. <<https://goo.gl/z0b6cZ>> [01 Outubro 2016].

outras garantias, a tramitação durante um prazo razoável e que o órgão julgador independente e imparcial seja estabelecido pela lei<sup>11</sup>.

Dessa maneira, buscou-se mais celeridade aos processos, e, conforme defende o Professor Samuel Miranda Arruda, por se tratar do dispositivo mais invocado e discutido no âmbito supranacional, este artigo da Convenção Europeia tornou-se um paradigma a influenciar legisladores e estudiosos sobre a razoabilidade temporal dos processos<sup>12</sup>.

Outrossim, vale ressaltar que o dispositivo considerou ilegítimos os tribunais de exceção criados *ad hoc* para julgar casos particulares, recomendando que a lei deve fixar a competência de cada tribunal, remetendo ao princípio do juiz natural.

Neste contexto, o Professor Luiz Guilherme Marinoni ressalta que as Constituições do século xx buscaram integrar as liberdades clássicas (incluindo as processuais) com os direitos sociais, com intuito de promover a participação social do cidadão, através da realização do direito de acesso, o qual passou a ser evidenciado como o “direito de acesso à justiça”, tornando-se motivo de atenção dos sistemas jurídicos mais modernos<sup>13</sup>.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, estabelece, conforme previsto no inciso XXXV, que (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”), desse modo, constitui uma garantia de não fazer do Estado, que o Professor Luiz Guilherme Marinoni destaca como “um não fazer imprescindível para a efetividade do direito à tutela jurisdicional”<sup>14</sup>.

Nesse diapasão, o fato da lei não poder excluir da apreciação de um juiz uma lesão ou ameaça a direito, permite entender que todos aqueles que sintam seus direitos ameaçados podem ter acesso à justiça com a finalidade de obter uma tutela jurisdicional.

De acordo com o Professor Pedro Lenza, este dispositivo constitucional trata do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também chamado de princípio do livre acesso ao judiciário, que apesar de ter por destinatário principal o legislador, se estende a todos<sup>15</sup>.

No que tange a assistência jurídica, o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu inciso LXXIV, prevê que (“o Estado prestará assistência jurídica integral e

---

<sup>11</sup>“Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 04 de Novembro de 1950” [em linha]. *CONSELHO DA EUROPA*. <<https://goo.gl/HmjN3l>> [01 Outubro 2016].

<sup>12</sup>Arruda, Samuel Miranda. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição...*, p.1090.

<sup>13</sup>Marinoni, Luiz Guilherme. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição...*, p. 765.

<sup>14</sup>*Ibidem*, p. 764.

<sup>15</sup>Lenza, Pedro. *Direito Constitucional...*, pp. 773-774.

gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”). Destarte, para viabilizar o acesso à justiça, o Poder Público deve fornecer, a quem necessite, isenção de taxas judiciárias e demais despesas processuais, além de propiciar assistência gratuita de advogado.

Os Professores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery alertam que a facilitação do acesso do necessitado à justiça é manifestação do princípio do direito de ação, destacando que (“todo expediente destinado a impedir ou dificultar sobremodo a ação ou a defesa no processo civil, como, por exemplo, o elevado valor de custas judiciais, constitui ofensa ao princípio constitucional do direito de ação”)<sup>16</sup>.

Ressalte-se que, como bem leciona Luiz Guilherme Marinoni, a própria Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 134, institui a Defensoria Pública para a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados economicamente<sup>17</sup>.

O Professor Pedro Lenza destaca que o termo “assistência jurídica, integral e gratuita” compreende tudo que seja jurídico e não apenas judiciário, abrangendo atos extrajudiciais, inclusive de consultoria<sup>18</sup>.

No tocante a duração razoável do processo, a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 5º, inciso LXXVIII dispõe que (“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”).

Perceba-se que o inciso supracitado foi incluído pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e veio como uma consolidação constitucional do acesso à justiça, demonstrando uma preocupação em garantir a tutela jurisdicional em um prazo razoável, alinhando-se aos instrumentos internacionais, visando que a efetivação da tutela seja alcançada de forma célere. Vê-se que está intimamente ligado ao princípio da eficiência do serviço público.

Importante destacar, como bem observa o Professor Samuel Miranda Arruda, que como não havia uma constitucionalização explícita da garantia da duração razoável do processo no texto original da Constituição, foi com base nos dispositivos convencionais vigentes no Brasil que se iniciou a aplicação desse direito na jurisprudência brasileira. Desse modo, vale ressaltar

---

<sup>16</sup> Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 238.

<sup>17</sup> Marinoni, Luiz Guilherme. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição...*, p. 766.

<sup>18</sup> Lenza, Pedro. *Direito Constitucional...*, p. 692.



a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a qual possui similitudes com a Convenção Europeia anteriormente mencionada<sup>19</sup>.

Note-se que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos proclamada pela Organização dos Estados Americanos em 22 de novembro de 1969, foi devidamente ratificada pelo Brasil, com depósito de assinatura em 25 de setembro de 1992, incorporando ao Direito Brasileiro as garantias judiciais insculpidas no artigo 8º da Convenção, que determina o direito de toda pessoa em ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, para que se determinem seus direitos ou obrigações de qualquer outra natureza<sup>20</sup>.

Frise-se que a efetivação do acesso à justiça implica na observância de outros princípios e garantias, tais como: a universalidade da jurisdição, o devido processo legal, o juiz natural, o contraditório, a ampla defesa, a isonomia, a publicidade, a imparcialidade do juiz, a duração razoável do processo, a eficiência do serviço público etc., com a finalidade de assegurar o direito à ordem jurídica justa.

No presente capítulo demonstramos os conceitos básicos sobre o acesso à justiça, analisamos este acesso, sob o viés constitucional, na forma de princípio, observando as influências internacionais e as normas constitucionais do Brasil. No capítulo seguinte, vamos tentar examinar as normas processuais civis e identificar os principais obstáculos ao efetivo acesso à justiça.

### **3. A EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL**

No capítulo anterior tratamos do princípio constitucional do acesso à justiça. Vamos a seguir, destacar as normas processuais relativas ao direito à ordem jurídica justa e identificar os maiores óbices à efetividade do acesso à justiça.

É de fundamental importância observar que as normas processuais devem estar alinhadas às normas constitucionais, nesse sentido, o Código de Processo Civil Brasileiro – CPC, em seu artigo 1º, dispõe o seguinte:

---

<sup>19</sup>Arruda, Samuel Miranda. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição...*, p. 1090.

<sup>20</sup>“Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de Novembro de 1969” [em linha]. OEA. <<https://goo.gl/zHU3Nk>> [01 Outubro 2016].

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

Note-se que o processo deve se subordinar aos valores e princípios constitucionais, pois, conforme os ensinamentos de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, a Constituição da República Federativa do Brasil é a ordem fundamental que indica a direção do ordenamento jurídico, portanto (“nada mais natural que o processo civil se submeta a todas as determinações dela emanadas, para cumprir o papel que lhe é próprio, de pacificação do espaço privado de vivência dos cidadãos, na República, pelo exercício legítimo do Poder Jurisdicional do Estado”)<sup>21</sup>.

Em atenção ao preceito constitucional, o *caput* do artigo 3º do CPC, igualmente, resguarda o direito de acesso à justiça vedando a proibição de apreciação jurisdicional a respeito de ameaça ou lesão a direito. Vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. (...)

Perceba-se que o dispositivo acima reafirma a norma constitucional, assegurando a todos o acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória de um direito individual, coletivo ou difuso, como bem lecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery<sup>22</sup>.

Quanto à duração do processo, o CPC explicitamente declara em seus artigos 4º e 6º a garantia processual da duração razoável do processo como forma de efetividade da tutela jurisdicional. Observe:

Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

A razoabilidade da duração do processo deve ser aferida mediante critérios. Destacam-se os seguintes critérios<sup>23</sup>:

---

<sup>21</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 236.

<sup>22</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 237.

<sup>23</sup>*Ibidem*, p.250.

a) natureza do processo e a complexidade da causa; b) o comportamento das partes e de seus procuradores; c) a atividade e o comportamento das autoridades judiciárias e administrativas competentes; d) a fixação legal de prazos para a prática de atos processuais que assegure efetivamente o direito as contraditórias e ampla defesa.

Observe-se que os três primeiros critérios foram fixados no âmbito da União Europeia em várias decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Vale ressaltar que a busca da celeridade e da duração razoável do processo deve sempre respeitar as garantias constitucionais e processuais.

Ainda sobre a duração razoável do processo, os professores Marinoni, Arenhart e Mitidiero orientam que a colaboração é um modelo que objetiva organizar o papel das partes e do juiz no processo, (“estruturando-o como uma verdadeira comunidade de trabalho (*Arbeitsgemeinschaft* – na clássica expressão da doutrina austro-germânica), em que se privilegia o trabalho processual em conjunto do juiz e das partes”)<sup>24</sup>.

Frise-se, ainda, que o CPC resguarda o direito à gratuidade de justiça como maneira de garantir acesso à justiça aos que possuem insuficiência de recursos financeiros, nos termos do artigo 98, cujo *caput* prevê:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.(...)

Note-se que o acesso à justiça não se confunde com a gratuidade. Todavia, como ressaltam os Professores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, (“se a taxa judiciária for excessiva, de modo a criar obstáculo ao acesso à justiça, tem-se entendido ser ela inconstitucional (RTJ 112/34)”)<sup>25</sup>.

Analisando a efetividade da tutela jurisdicional, percebe-se que existem obstáculos que ameaçam a missão social de pacificação dos conflitos com justiça, ou seja, a própria realização do direito.

Entre os óbices destacamos o alto custo e a morosidade processual.

---

<sup>24</sup>Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Código de Processo..., p. 153.

<sup>25</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 240.

Como vimos o acesso à justiça efetivo primordialmente impõe que entraves econômicos não criem obstáculos ao acesso à ordem jurídica justa e garante a assistência jurídica aos necessitados economicamente.

Portanto, as dificuldades econômicas não podem impedir o ingresso em juízo, tampouco dificultar o oferecimento de defesa, por conseguinte o apoio judiciário deve ser concedido a quem dele careça e comprove a insuficiência econômica, para que ninguém seja privado da justiça por falta de recursos.

Com efeito, a Lei nº 1.060/1950, de 05 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, considerava necessário, para os fins legais, conforme o parágrafo único do artigo 2º, (“todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”), contudo tal dispositivo foi expressamente revogado pelo Novo CPC.

Desse modo, o critério de insuficiência de recursos ficou em aberto, nos termos do artigo 99 e seguintes do CPC, ficando ao critério do juiz os pressupostos legais para a concessão de gratuidade.

E os que não são juridicamente considerados pobres? Como é garantido o acesso à justiça? Igualmente, para haver acesso à justiça a despesa processual não deve ser maior do que o benefício pretendido, pois tornará inviável o ajuizamento da causa, e, portanto, será mais um obstáculo ao acesso à justiça.

O alto custo de um processo judicial é um grande obstáculo ao acesso à justiça, este custo engloba as despesas processuais e o próprio patrocínio da causa. Note-se que as despesas processuais, além das custas iniciais, envolvem outros encargos: diligências, intimações, honorários periciais, preparo recursal etc., dependendo do caso concreto, bem como a previsão dos possíveis honorários de sucumbência, quando houver condenação.

Isto posto é necessário estimar os riscos e as despesas antes de propor uma ação, e certamente os altos custos de um processo desestimulam o litigante a ingressar em juízo para reivindicar um direito, ainda que tenha convicção de uma violação ou ameaça de violação, caracterizando uma enorme barreira ao acesso à justiça. Do mesmo modo, a diferença de recursos financeiros entre as partes pode ferir a igualdade de armas no processo, pois a mais forte tem vantagem para suportar o processo e apresentar seus argumentos de modo mais eficiente.

Nesse diapasão Luiz Guilherme Marinoni explica que se o processo é imprescindível, não basta a lei tutelar sem reparar que certas causas têm valor econômico incompatível com o custo do processo e que muitos não possuem condições financeiras para acessá-lo. Aduz, ainda, que o “legislador infraconstitucional é obrigado a instituir procedimentos e justiças especializadas para permitir o acesso dos mais pobres ao Poder Judiciário”<sup>26</sup>.

Destarte, como tentativa de garantir o acesso à justiça, sem o obstáculo do alto custo, o legislador brasileiro apostou nos Juizados Especiais. Primeiramente, em 1984 com a aprovação da Lei nº 7.244/1984 foi criado o Juizado Especial de Pequenas Causas, contudo, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que em seu artigo 98, inciso I determinou a criação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, houve a revogação da Lei de 1984 com a edição da Lei nº 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Na tentativa de desafogar as Varas Cíveis da Justiça Estadual, os Juizados Especiais Cíveis ganharam competência para processar e julgar causas de pequeno valor (até quarenta vezes o salário mínimo) e de baixa complexidade, sendo o acesso isento de custas no primeiro grau de jurisdição e o processo orientado pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, na busca da conciliação, sempre que possível.

Já no século XXI, em virtude da grande procura e aceitação dos Juizados Especiais, o Brasil instituiu os Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001) e os Juizados Especiais Fazendários (Lei nº 12.153/2002).

Todavia, as causas de maior valor, ou de maior complexidade, ou relativas à matérias específicas, obrigatoriamente precisam ser submetidas às altas taxas judiciárias e despesas processuais, de tal forma que caso a parte não preencha o perfil da gratuidade de justiça, terá que arcar com o alto custo processual.

Perceba-se que além do alto custo, destacamos, quiçá, como o principal óbice ao acesso à justiça aquele que atinge a todos os litigantes em pleno o século XXI, isto é, o obstáculo que se refere à razoabilidade temporal dos processos, haja vista que essa duração razoável não tem sido amplamente observada, ocasionado a morosidade judicial, que arrasta os processos ao longo dos anos e evidencia a ineficiência do sistema judiciário.

---

<sup>26</sup>Marinoni, Luiz Guilherme. En Canotilho, J.J. Gomes et. al. Comentários à Constituição..., p. 766.

A delonga para uma solução judicial é causa de descrédito do Poder Judiciário, visto que além de aumentar os custos para os litigantes, gera incerteza sobre a efetividade da tutela jurisdicional.

É cediço que a morosidade do processo causa danos a ambas as partes, haja vista que a demora na prestação jurisdicional implica em angústia e prejuízo material aos envolvidos, principalmente àquela parte hipossuficiente, que muitas vezes se submete a acordos com valores inferiores ao devido, em razão do receio de nunca conseguir receber o que tem direito.

Observe-se que as principais causas da morosidade dos tribunais são: o aumento constante de demandas, sem que o aparato judicial consiga suprir, e, o exagero de formalidades processuais, bem como o excesso de recursos aos quais as decisões podem ser submetidas.

Os Doutrinadores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery entendem que para a efetividade da garantia da duração razoável do processo judicial é necessário aparato logístico e capacitação técnica ao Poder Judiciário. Não obstante, alertam que os princípios constitucionais não vêm sendo respeitados, como o princípio da eficiência<sup>27</sup>.

Outrossim, ressaltam que a celeridade não depende só do Poder Judiciário, mas dos Poderes Executivo e Legislativo também, sendo primordial a mudança da mentalidade dos governantes e políticos, para que cumpram e façam cumprir a Constituição, evitando a judicialização de questões por falha do poder público no exercício da função administrativa<sup>28</sup>.

Nesse diapasão, os ilustres professores ainda destacam que, sendo a duração razoável garantia aos jurisdicionados, a parte tem direito de ser indenizada pelos danos morais e patrimoniais que sofreu em decorrência da duração exagerada do processo, nos termos do artigo 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, que impõe ao Estado o dever de indenizar o dano por dolo ou culpa do agente, tendo o Estado direito de regresso contra o causador do dano, assim o juiz responde, pessoalmente ou em regresso, somente a título de dolo<sup>29</sup>.

Do mesmo modo, os Professores Marinoni, Arenhart e Mitidiero defendem que a violação do direito à duração razoável do processo gera direito à tutela reparatória, responsabilizando

---

<sup>27</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 253.

<sup>28</sup>*Ibidem*, p. 253.

<sup>29</sup>*Ibidem*, p. 253.

o Estado pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais oriundos da excessiva duração do processo<sup>30</sup>.

Como vimos, o processo deve ter como duração um prazo razoável a fim de que a justiça cumpra sua função, no entanto, o prazo razoável para a duração do processo é um conceito aberto, que depende do caso em concreto e tem que ser o suficiente para a cognição da causa até a prestação jurisdicional. Perceba-se que a morosidade do processo judicial resulta na inobservância da celeridade processual e obstrui o acesso efetivo à justiça.

Identificada a morosidade processual como o principal obstáculo ao acesso à justiça efetivo, como solucionar esta questão de forma mais célere possível?

É possível garantir o direito de acesso à justiça por mecanismos alternativos ao da justiça tradicional? É o que pretendemos verificar no decorrer do próximo capítulo.

No presente capítulo verificamos que o Código de Processo Civil Brasileiro está alinhado à Constituição da República Federativa do Brasil no tocante ao direito de acesso à justiça, e que o alto custo e, principalmente, a morosidade do processo judicial são obstáculos à efetivação do direito ao acesso à justiça identificada pela doutrina especializada. No capítulo seguinte, iremos investigar as soluções alternativas de conflitos e como as legislações ordinárias têm incentivado esses métodos alternativos à justiça tradicional.

#### **4. AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS NO SÉCULO XXI**

No capítulo anterior abordamos, em particular, os óbices ao efetivo acesso à justiça. Vamos, a partir de agora, investigar as soluções alternativas de conflitos que vem sendo adotadas no ordenamento jurídico brasileiro.

As sociedades evoluíram tentando descobrir o regime mais adequado para solucionar seus conflitos. Como nos ensinam os Doutrinadores Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, nas civilizações primitivas o regime adotado para a solução de conflitos era o denominado autotutela, porém não garantia a justiça, mas sim a vitória do mais forte<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup>Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Código de Processo..., p. 151.

<sup>31</sup>Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral...*, pp. 21-23.

Outro regime possível para solução de conflitos era a autocomposição, onde uma das partes em conflito, ou ambas, abriam mão do interesse ou parte dele, através da desistência, da submissão ou da transação, contudo tal solução dependia da vontade dos envolvidos.

A partir de então, ao invés da solução dos conflitos promovida com parcialidade, surgiu a solução amigável e imparcial através de árbitros, pessoas de confiança mútua das partes, normalmente sacerdotes ou anciãos, que pautavam-se nos costumes da época.

O Estado passou a participar da solução dos litígios através do poder de nomear o árbitro, passando-se então a ser implantado o sistema de arbitragem obrigatória. Posteriormente, o Estado começou a preestabelecer regras para servir de critério objetivo e vinculativo, aplicando a sua solução para os conflitos de interesses, dando origem a jurisdição.

De tal forma, os órgãos jurisdicionais surgiram para pacificar, examinando as pretensões e resolvendo os conflitos, assim a jurisdição passou a ser exercida através do processo.

Atualmente, considerando o princípio do Estado Social, onde se reconhece a necessidade de promover a plena realização dos valores humanos, a função jurisdicional pacificadora assumiu o processo como meio efetivo para realização da justiça.

No entanto, como vimos no capítulo anterior, a morosidade do processo judicial é um dos principais fatores que contribuem para a crise do acesso à justiça, e, por conseguinte tem conduzido os processualistas modernos a resgatar antigas formas de pacificação social como meios alternativos de resolução de conflitos, tentando viabilizar o acesso à justiça não mais exclusivamente através do processo judicial.

Como bem lecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, a adoção de meios alternativos de solução de conflitos, aliviaria a carga de trabalho da justiça ordinária e viria a contribuir para abreviar a duração média do processo<sup>32</sup>.

Neste sentido, a Professora Mariana França Gouveia ensina que (“assim como a ideia de que o Direito se identificava com a lei levou a criação de um sistema estatal e monopolizador de Justiça, também a ideia de que o Direito surge de várias fontes (pluralismo) implica que haja instâncias diversificadas de aplicação das soluções jurídicas”)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 250.

<sup>33</sup>Gouveia, Mariana França. *Curso de Resolução...*, p. 28.



O modelo tradicional de justiça é por lei um sistema distante do cidadão, o qual precisa, na maioria das vezes, de interlocutor para fazer valer seus direitos, ao passo que nos modelos de resolução alternativa de litígios há um empoderamento das partes que são colocadas no domínio de seus próprios conflitos e estimuladas a uma solução mais harmônica possível, em especial as práticas de mediação.

Desse modo, as formas alternativas de solução de conflitos têm sido empregadas como um instrumento que proporciona maior satisfação às partes, bem como maior eficiência na distribuição da justiça.

Note-se que os métodos alternativos para solução de conflitos vêm ganhando espaço no Brasil, impulsionados, nos últimos anos, pelos esforços legislativos empregados. Dentre as várias modalidades alternativas destacamos a Mediação e a Arbitragem.

Observe-se que não pretendemos esgotar a matéria, apenas ressaltar os incentivos que o Brasil tem dado ao assunto através das recentes edições legislativas.

Em 2015, muitas foram as mudanças legislativas. Dentre estas mudanças está a aprovação do Novo Código de Processo Civil – CPC (Lei nº 13.105/2015), o qual veio mais disposto à solução pacífica e consensual de conflitos, incentivando a Mediação e a Arbitragem de forma expressa. Vejamos o artigo 3º disposto no Capítulo I – Das Normas Fundamentais do Processo Civil, no Título I do CPC:

Art. 3º. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 1º É permitida a arbitragem, na forma da lei.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Conforme lecionam os Professores Marinoni, Arenhart e Mitidiero, o novo CPC tem como compromisso a solução consensual do litígio, com a viabilização da autonomia privada das partes (“o que se manifesta não só no estímulo a que o resultado do processo seja fruto de

um consenso das partes (...), mas também na possibilidade de estruturação contratual de determinados aspectos do processo”<sup>34</sup>.

No que se refere à Mediação, cumpre esclarecer que esta consiste num instrumento pelo meio do qual duas ou mais partes em litígio buscam um acordo com o auxílio de um mediador, terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as estimula a identificar soluções consensuais para a controvérsia.

De acordo com as palavras de Mariana França Gouveia, (“o essencial na mediação é o pleno domínio do processo pelas partes (*empowerment*), princípio que é o seu fundamento e, naturalmente, sua característica permanente”)<sup>35</sup>. Isto posta, na mediação persiste a regra de que a solução do problema cabe apenas às próprias partes envolvidas, que empoderadas são “donas do seu litígio”.

No ordenamento jurídico brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse, com o objetivo de assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade, de modo a organizar, em esfera nacional, não apenas os litígios de processos judiciais, mas também os oriundos de outros mecanismos de solução de conflitos, especialmente dos consensuais, como a mediação e a conciliação.

Note-se que o CNJ considera que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que têm reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças e por isso devem ser organizadas, difundidas e estimuladas.

Nesse sentido, o Novo CPC estimula a Mediação Judicial através de Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos criados por cada Tribunal, observando as normas do CNJ, conforme dispõe o artigo 165 do CPC.

Acompanhando todas essas mudanças, foi editada a Lei nº 13.140/2015, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, estabelecendo os procedimentos da Mediação Extrajudicial e da Mediação Judicial.

---

<sup>34</sup>Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Código de Processo..., p. 149.

<sup>35</sup>Gouveia, Mariana França. *Curso de Resolução...*, p. 48.

No que tange à Arbitragem, as partes, querendo, poderão valer-se desta espécie de resolução de litígio, para dirimir suas controvérsias. Desse modo, a arbitragem voluntária é caracterizada como um meio célere de resolução de conflitos, onde a decisão é proferida por um terceiro, o árbitro.

Esta decisão do árbitro é vinculativa para as partes. A arbitragem aproxima-se do padrão judicial tradicional, vale ressaltar, que a sentença arbitral faz coisa julgada material e tem força executiva, independente de homologação.

Como bem destacam os Professores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, no Brasil existe a jurisdição estatal, exercida pelos juízes membros do Poder Judiciário e a jurisdição arbitral, exercida nos termos da Lei de Arbitragem, observando que (“tanto os juízes togados quanto os árbitros são juízes de fato e de direito (...), cabendo-lhes resolver conflitos proferindo sentenças de mérito com força de coisa julgada. Ambas as sentenças são títulos executivos judiciais”), forma do artigo 515 do CPC<sup>36</sup>.

Note-se que em 26 de maio de 2015, foi editada a Lei nº 13.129/2015, que alterou vários artigos da antiga Lei de Arbitragem – Lei nº 9.307/1996, de 23 de setembro de 1996, a qual estabelece as regras do procedimento arbitral.

Cumprir esclarecer que as decisões tomadas na instância arbitral podem ser revistas pelo Poder Judiciário, no caso de eventual nulidade da sentença arbitral, nos termos da Lei de Arbitragem. Neste caso, o Poder Judiciário, ao apreciar a ação de nulidade da sentença arbitral, não pode entrar no mérito da questão, uma vez decretada a nulidade, a lide deverá ser remetida ao juízo arbitral competente.

Diante de todo o exposto, não se pretende defender a substituição do modelo tradicional de justiça pelas espécies de solução alternativa de conflitos, haja vista que acreditamos que este deva ser um sistema complementar, que viabilize o efetivo acesso à justiça de forma célere.

Seguindo os ensinamentos do Professor Cândido Rangel Dinamarco, a tutela jurisdicional tradicional não é o único meio para alcançar a ordem jurídica justa, visto que o acesso à justiça, tanto pela tutela jurisdicional, quanto pelos meios alternativos, objetiva a eliminação de conflitos e a satisfação das pretensões justas<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup>Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código...*, p. 241.

<sup>37</sup>Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito...*, pp. 116-118.

No presente capítulo, frente à crise da justiça tradicional, verificamos o retorno às antigas formas de solução de conflito, agora repaginadas e muito mais aptas a resolver conflitos de modo rápido, consensual e justo. Analisamos as resoluções alternativas de litígio, destacando a Mediação e a Arbitragem, e ressaltando a preocupação legislativa do Brasil em incentivar esses métodos alternativos com o intuito de efetivar o acesso à justiça.

## 5. CONCLUSÃO

Não restam dúvidas de que o acesso à justiça foi consagrado como um direito fundamental e universal. Neste sentido, o entendimento sobre o direito de acesso à justiça é pacífico, contudo, não basta apenas que o direito seja reconhecido, necessário se faz que a sua efetivação seja garantida para que haja uma ordem jurídica justa e efetiva.

Nesse diapasão, considerando os obstáculos que a justiça tradicional vem enfrentando, nos questionamos sobre como o ordenamento jurídico brasileiro têm se posicionado a respeito do assunto e quais as soluções adotadas para a resolução pacífica dos litígios.

No primeiro capítulo, abordamos os conceitos básicos do direito fundamental ao acesso à justiça sob a ordem constitucional, observando as influências internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA.

No segundo capítulo, observamos o direito de acesso à justiça sob a ótica processual, identificando os principais obstáculos a sua efetividade entre os quais destacamos: o alto custo e a morosidade do processo judicial.

Por derradeiro, no terceiro capítulo, analisamos as soluções alternativas de conflitos e como os legisladores brasileiros têm incentivado os métodos alternativos, nomeadamente a Mediação e a Arbitragem.

Levando-se em consideração todos os aspectos analisados, chegamos ao fim deste trabalho, concluindo que o Direito Brasileiro reconhece o acesso à justiça como direito fundamental e o tutela constitucional e processualmente, de modo que, preocupado com os óbices na efetivação, em especial, o relacionado à duração razoável do processo na justiça tradicional, o ordenamento jurídico brasileiro tem promovido, cada vez mais, a participação social nas soluções alternativas de conflitos, por meio de edições legislativas recentes, que incentivam esses métodos, em especial a Mediação e a Arbitragem, com o intuito de desafogar o sistema tradicional de justiça e conferir um acesso efetivo à ordem jurídica justa.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS:

*Código de Processo Civil: lei n.º 13.105, de 16 de Março de 2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN: 978-8547203665.

*Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988*. 41ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 8597002255.

“Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de Novembro de 1969” [em linha]. OEA. <<https://goo.gl/zHU3Nk>> [01 Outubro 2016].

“Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 04 de Novembro de 1950” [em linha]. CONSELHO DA EUROPA. <<https://goo.gl/HmjN3l>> [01 Outubro 2016].

“Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948” [em linha]. ONU. <<https://goo.gl/z0b6cZ>> [01 Outubro 2016].

“Lei n.º 13.129/2015”. *Diário Oficial da União*, N.º 99, 27 de maio de 2015, pp. 1-2.

“Lei n.º 13.140/2015”. *Diário Oficial da União*, N.º 121, 29 de junho de 2015, pp. 4-6.

“Resolução nº 125, de 29 de Novembro de 2010” [em linha]. CNJ. <<https://goo.gl/MRj4Wn>> [20 Novembro de 2016].

### BIBLIOGRAFIA:

Arruda, Samuel Miranda. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. ISBN 978-85-02-21263-3. pp. 1088-1099.

Cappelletti, Mauro; Garth, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.

Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. ISBN 85-7420-498-6.

Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil I*. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2004. ISBN 85-7420-556-7.

Freitas, José Lebre de. *Introdução ao Processo Civil: conceitos e princípios gerais à luz do novo código*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2201-2.

Gouveia, Mariana França. *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5570-1.

Lenza, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 14ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-08970-9.

Marinoni, Luiz Guilherme. En Canotilho, J.J. Gomes *et. al. Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. ISBN 978-85-02-21263-3. pp. 761-781.

Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. *Código de Processo Civil Comentado*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. ISBN 978-85-203-6761-2.

Nery Júnior, Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade (coord.). *Comentários ao código de processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. ISBN 978-85-203-5939-6.